



MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E SEGURANÇA SOCIAL  
GABINETE DO MINISTRO



002113

/M/74

Exm<sup>a</sup>. Senhora

Eng<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Pintasilgo  
M.I. Presidente da Comissão para  
a Política Social relativa à Mulher

Tenho a honra de incluso enviar a V. Ex<sup>a</sup>. cópia da sú-  
mula da reunião dos Directores-Gerais e Funcionários Equiparados,  
efectuada em 11 do corrente.

Tendo em vista a organização da ordem de trabalhos da  
próxima, a realizar<sup>5</sup> em 4 de Março p.f., cumpre-me solicitar de  
V. Ex<sup>a</sup>. se digne sugerir temas como houver por conveniente.

Apresento a V. Ex<sup>a</sup>. os meus melhores cumprimentos.

A Bem da Nação

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1974

O CHEFE DO GABINETE,

(Carlos Fuzeta da Ponte)

/MC



Súmula da Reunião dos Directores gerais  
realizada em 11 de Fevereiro de 1974

1. Presença

Sobre a presidência do Ministro e com a presença dos Subsecretários de Estado reuniram, na data supra, pelas 15,30:

- Presidente do Conselho Superior da Acção Social;
- Secretário-Geral do Ministério das Corporações e Segurança Social (Director-Geral do Trabalho e Corporações);
- Director-Geral da Previdência;
- Directora-Geral da Assistência Social;
- Inspector-Geral dos Tribunais do Trabalho;
- Vice-Presidente da Junta da Acção Social;
- Vice-Presidente da Junta Central das Casas do Povo;
- Director do Gabinete de Planeamento;
- Director do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra;
- Chefe dos Serviços de Acção Social;
- Director do Centro de Estudos Sociais e Corporativos;
- Presidente da Comissão para a Política Social relativa à Mulher;
- Designada Subdirectora do Instituto da Família e Acção Social;
- Designado Director dos Serviços de Organização Corporativa;



- Presidente e Vice-Presidente da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

Secretariou o Chefe do Gabinete do Ministro.

2. Assuntos tratados:

2.1. Elaboração do programa anual de actuação do Ministério das Corporações e Segurança Social

O Ministro introduziu o tema pondo em alternativa à consideração dos presentes as duas vias possíveis:

a) Ou resultar a elaboração dos programas dos Serviços de uma vasta reunião largamente participada, mesmo a nível de Técnicos;

b) Ou atingir-se tal resultado em restrita discussão a nível mínimo de Director de Serviços.

Ponderadas e discutidas as vantagens e inconvenientes de uma ou outra via de actuação, chegou-se às seguintes conclusões:

I. Devem os Serviços elaborar os seus programas de acção em reuniões amplamente participadas, com generalizada discussão dos respectivos temas sectoriais.

II. O programa da acção do M.C.S.S. resultará de posterior reunião de âmbito restrito (a nível, pelo menos, de Director de Serviços), em que os programas sectoriais serão coordenados e entrosados num único plano.



2.2. Análise do que são as reuniões de coordenação dos delegados

O Ministro explanou o esquema de coordenação distrital dos Serviços periféricos e de coordenação regional dos Delegados (despacho de 27/1/1972 - "D.G.", II Série, n.º 24, de 29/1/1972), para pôr, por fim, o problema de saber em que termos deverão entrar os Serviços dependentes da Direcção-Geral da Assistência Social nesse esquema de coordenação.

Discutido o assunto e porque o sistema merece detalhado estudo ficou de ser retomado na próxima reunião, cuja agenda será acompanhada de cópia do diploma-base (acima citado).

2.3. Competência dos diferentes Serviços (D.G.A.S., J.A.S., J.C.C.P. e F.N.A.T.) quanto a actividades culturais:

O Ministro apresentou o tema referindo especialmente:

- a) A necessidade de institucionalizar as Comissões para o Desenvolvimento Social;
- b) Actividade das Missões da J.A.S. na linha de valorização dos meios rurais;
- c) A indispensabilidade de coordenação da D.G.A.S., J.A.S., J.C.C.P. e F.N.A.T. a nível central, para além mesmo da função da Comissão para o Desenvolvimento Social.

O Subsecretário de Estado da Segurança Social insistiu muito especialmente na necessidade de um plano articulado e conjunto.

A partir daí se generalizou ampla troca de ideias e opiniões, tendo-se logrado atingir as seguintes conclusões:



III. À J.A.S. deverão ser cometidas, cada vez mais, funções de coordenação superior das actividades dos sectores interessados.

IV. No âmbito da J.A.S. assim em vias de reformulação (e revitalização) serão institucionalizadas as Comissões de Desenvolvimento Social.

V. Sob a orientação do Subsecretário de Estado da Segurança Social serão prosseguidos contactos de aproximação e coordenação entre a D.G.A.S., a J.A.S., a J.C.C.P. e a F.N.A.T.

2.4. Possibilidade de utilização da estrutura do S.F.P. em acções de formação ou de aperfeiçoamento de pessoal do Ministério e Organismos a este ligados.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Subsecretário de Estado do Trabalho esclareceu que o S.F.P. só pode neste momento actuar no sentido de valorização e formação de pessoal até ao nível de escriturário-dactilógrafo; que o Serviço não pode hoje dar resposta diferente (e ainda assim limitada); para além dessa, a única formação que vem a ser feita, a este nível, é a de escriturários de Casas do Povo (cursos por correspondência).

Em outra (não a próxima) reunião se voltará ao tema.

Lisboa, de Fevereiro de 1974

O CHEFE DO GABINETE,